

Mesclagem conceptual e polifonia: um exercício de análise linguística

pg 141-154

Morgana de Abreu Leal ¹

Resumo

O artigo propõe um exercício de análise linguística a partir de duas teorias: a teoria da polifonia, conforme proposta por Ducrot (1987) e a mesclagem conceptual, conforme proposta pela Linguística Cognitiva. O objetivo do exercício é mostrar como o mesmo enunciado pode ser esclarecido por propostas teóricas diferentes. Pragmaticamente, observa-se que o enunciado produz o mesmo significado, sendo as diferenças entre as duas abordagens apenas metodológica: ambas dão conta de evidenciar sentidos do dito e do não-dito e de como eles são construídos na cognição.

Palavras-chave: Mesclagem conceptual; Linguística cognitiva; Teoria da polifonia; Enunciação.

CONCEPTUAL BLENDING AND POLYPHONY: AN EXERCISE IN LINGUISTICS ANALYSIS

Abstract

The article proposes an exercise in linguistic analysis based on two theories: the theory of polyphony, as proposed by Ducrot (1987) and conceptual blending, as proposed by Cognitive Linguistics. The purpose of the exercise is to show how the same utterance can be clarified by different theoretical proposals. Pragmatically, it is observed that the utterance produces the same meaning, the differences between the two approaches being only methodological: both account for evidence of meanings of said and unspoken and of how they are constructed in cognition.

Keywords: Conceptual blending; Cognitive linguistics; Theory of polyphony; Enunciation.

Introdução

Correntes linguísticas diferentes podem apresentar entendimentos antagônicos em relação aos fenômenos linguísticos, cognição, relação entre corpo e mente, significado, categorização. A relação entre língua, mente e cultura é intrincada, e o posicionamento crítico do(a) pesquisador(a) dependerá da corrente teórica que ele(a) escolher para o seu trabalho.

Por vezes, porém, temos a oportunidade de esclarecer o mesmo fenômeno linguístico através de diferentes teorias linguísticas. Em um semestre, por exemplo, podemos abandonar um pouco a corrente teórica que se encontra na zona de conforto da pesquisa, para então mergulhar em áreas que tragam novos lugares e possibilidades, desapegando-se da terra firme para explorar outros horizontes.

¹ Mestre em Letras, área de concentração: Linguística (UERJ). E-mail morganabrleal@gmail.com

Este exercício de análise pegou carona em um barco desses. É uma tentativa de comparação entre duas teorias: a Mesclagem Conceptual, como proposta pela Linguística Cognitiva, e a Teoria da Polifonia, representada aqui pelo pensamento de Ducrot (1987). A proposta é analisar realizações linguísticas, comparando o tratamento dado a elas pelas duas teorias, de modo a encontrar pontos de convergência entre elas. Esperamos que a sua viagem seja interessante e que você navegue tranquilamente por outras correntes.

Semântica Cognitiva

Para compreendermos melhor o conceito de integração conceptual, devemos começar pela apresentação da Semântica para a Linguística Cognitiva (LC), que assume uma visão enciclopédica do significado. Aqui, a construção do significado se dá através do contexto. Esclarecendo, para a Semântica de base cognitiva, o conhecimento lexical, ou seja, a informação contida no significado da palavra e o conhecimento enciclopédico, aquele que acompanha o uso da palavra em determinado contexto, fazem parte de um mesmo conhecimento enciclopédico de quem usa a língua(gem). Ferrari (2011, p. 17) explica: “A visão enciclopédica assume que os significados convencionalmente associados às palavras são abstrações a partir de uma vasta gama de contextos de uso associados a um dado item lexical”.

Geeraerts (2006) elenca quatro características da natureza do significado linguístico para a LC: i) ele depende de perspectiva, ou seja, a construção do significado incorpora a perspectiva daquele que usa a língua; ii) ele é dinâmico e flexível, mudando a cada instanciação e contexto; iii) é enciclopédico e não-autônomo, isto é, envolve o conhecimento e experiência que temos com o mundo que nos cerca, tendo, assim, uma identidade cultural e social, além de estar ligado a outras capacidades cognitivas,

como a atenção, por exemplo; e, iv) o significado linguístico está arraigado no uso e na experiência, rejeitando a hierarquia de valores como a que conhecemos com Saussure nas primeiras aulas de Linguística – a LC não admite essa distinção entre *langue* e *parole*, pois preconiza que a experiência da língua advém do uso, e por isso utiliza um modelo de gramática baseado no uso, na fala propriamente dita, e não em modelos estruturais teóricos.

Outros aspectos da semântica cognitiva – como *frames*, corporificação, esquemas imagéticos, etc. – respaldam a visão enciclopédica do uso da língua, e a dependência de uma relação da mente com o corpo e com a cultura para a construção do significado. De maneira breve, clarificamos aqui essas estruturas².

A Semântica de *Frames*, abordagem desenvolvida por Fillmore na década de 70, tem especial envolvimento com a hipótese do conhecimento enciclopédico, pois sugere que a interpretação linguística “requer o acesso a estruturas de conhecimento que relacionam elementos e entidades associados a cenas da experiência humana, considerando-se as bases físicas e culturais dessa experiência” (FERRARI, 2011, p. 50). Por exemplo, temos o enunciado (1).

(1) Agora é possível pagar boleto vencido em qualquer banco” (Portal do Governo de SP, 13 jul. 2017).

Compreender um enunciado como (1) demanda acessar o *frame* de EVENTO COMERCIAL³, que fornece base para interpretação da sentença e tudo o que está envolvido nesse evento: comprar e vender coisas a prazo, utilizar cartões, pagar através

2 Para uma introdução aos aspectos centrais da Linguística Cognitiva, visite a obra de Ferrari (2011), indicada nas referências deste trabalho.

3 Domínios conceptuais serão escritos em versalete, conforme é costume na literatura da área de estudos da Linguística Cognitiva.

de boletos emitidos por bancos, prazos para pagamentos, onde pagar etc.

Cabe aqui uma pausa para a explicação teórica sobre modelos cognitivos idealizados (MCI), conceito proposto por George Lakoff, na década de 80. Sendo o MCI um conjunto complexo de *frames* (enquadres) distintos (FERRARI, 2011, p. 53), ele é uma representação cognitiva estereotipada, fundamentada em uma representação cultural “idealizada”, simplificada em relação ao mundo real (ALMEIDA et al., 2009, p. 24). O MCI depende de três princípios estruturantes: (a) estrutura proposicional, na qual a expressão linguística só pode ser definida em relação a um modelo idealizado, ou seja, não natural e criado pelo homem e por aspectos culturais específicos daquele MCI; (b) esquemas imagéticos, que fundamentam a estrutura conceptual do MCI; e, (c) metafóricos e metonímicos, pois os MCIs podem ser estruturados por essas projeções (FERRARI, 2011, p. 53-54). A seguir, chegaremos à conceituação de esquemas imagéticos, passando pela hipótese da corporificação do significado.

Aspecto essencial para a Semântica Cognitiva, a corporificação, de acordo com Gibbs (2006), traz a premissa de que a base primordial para as atividades cognitivas humanas (percepção, memória, raciocínio, emoções, linguagem etc.) é formada pelas experiências físicas que temos com nossos corpos em ação no mundo. Dessa premissa se deriva o conceito de esquemas imagéticos. Johnson (1987, p. xix, tradução nossa) define o esquema imagético da seguinte maneira: “um padrão recorrente, dinâmico de nossas interações perceptuais e programas motores que dá coerência à nossa experiência”⁴. Um exemplo clássico da nossa interação com o mundo enquanto seres humanos

4 No original: “a recurring, dynamic pattern of our perceptual interactions and motor programs that gives coherence to our experience”.

é o esquema imagético de CONTÊNER⁵, que é motivado tanto pela nossa experiência corporal de ser um container para os órgãos do corpo humano, quanto pela nossa experiência de estarmos contidos em contêineres maiores, como prédios, cidades, florestas (KÖVECSES, 2006, p. 209).

Essa experiência conceptualmente corporificada, por representar domínios conceptuais, motiva a estruturação da cognição e da linguagem. Algumas metáforas e metonímias conceptuais têm origem nesses conceitos abstratos imagéticos. O uso da preposição *em* no português brasileiro corrobora com a hipótese, como ilustra Oliveira:

O esquema imagético de CONTENTOR é central na semântica da preposição *em*, sendo o mais frequente na polissemia dessa preposição (OLIVEIRA, 2009). Ele envolve um objeto de duas ou três dimensões, constituído por um lado exterior, um limite ou fronteira e um interior, no qual se situa outro objeto (LAKOFF e JOHNSON, 1999: 32-3). A emergência desse esquema imagético decorre de padrões percebidos em situações como estar em/dentro de uma sala, observar um objeto no interior de outro, etc. (OLIVEIRA, 2011, p. 46-47).

Temos um exemplo cotidiano, como (2)

(2) Maluf passou a noite em cela de 12 metros quadrados na PF de SP (G1, 21 dez. 2017).

O exemplo (2), portanto, retrata o mapeamento metafórico O OBJETO CONTIDO TEM SUA LOCALIZAÇÃO RESTRITA PELO CONTENTOR, o que nos permite compreender, imediatamente, a lógica da contenção do esquema imagético descrito.

Essas estruturas, na prática da comunidade linguística, são manipuladas mentalmente por meio de mecanismos cognitivos específicos. Almeida et al. (2009, p. 27) elenca quatro principais processos: ajustes focais, metáfora, metonímia e mesclagem conceptual. Descreveremos apenas superficialmente

5 Esse esquema imagético também é chamado de CONTAINER e de CONTENTOR.

os três primeiros processos, já que detalharemos a mesclagem conceptual mais adiante.

De acordo com Evans (2007, p. 81-82), ajuste focal⁶ é um termo da Gramática Cognitiva que designa de que maneira a linguagem ajusta a atenção, o foco da cena em determinado aspecto que se queira dar destaque. Essa capacidade não é exclusivamente linguística, mas pode acontecer na linguagem, quando usamos diferentes construtos gramaticais ou expressões linguísticas para mostrar ao interlocutor o foco que se pretende dar à cena. Almeida et al. (2009, p. 28) revelam que os ajustes focais langackerianos compreendem três tipos de processos: “aqueles ligados aos mecanismos de seleção, perspectiva e abstração”. E os autores escolhem, dentre outras, as seguintes noções relacionadas ao ajuste focal: “base/perfil, trajetor/marco e alinhamento figura/fundo”.

De maneira resumida, o perfilamento – processo cognitivo que nos permite escolher, evidenciar ou perfilar um foco de atenção em relação a um plano de fundo – na construção gramatical ocorre assim: a “base” é o domínio conceptual pressuposto, aquele *frame* que é necessário conhecer para compreender o sentido da parte destacada na elocução, o que chamamos de “perfil”. Conforme o exemplo em Almeida et al. (ibidem), para entender o significado de “hipotenusa” (o perfil), é necessário evocar o conhecimento do triângulo retângulo (base da cena). Mas quando passamos a falar de “cateto maior”, mudamos o perfilamento, sem mudar a base.

Apresentada por Lakoff e Johnson em 1980, utilizada até hoje e reelaborada por Kövecses (2004, 2006, 2007, 2010, 2015) e Dancygier e Sweetzer (2014), entre outros autores e linguistas cognitivos, a metáfora, nessa concepção cognitiva, deixa de ser um recurso estilístico e passa a ser reconhecida como parte da vida cotidiana, pois faz parte do

nosso sistema conceptual, e, como tal, nosso pensamento, nossas experiências, e nossos atos cotidianos são reflexos de um sistema conceptual metafórico (LAKOFF e JOHNSON, 2003, p. 3).

A metáfora cognitiva assume um papel no sistema conceptual humano: “a essência da metáfora é compreender e experienciar um tipo de coisa em termos de outra”⁷ (LAKOFF, JOHNSON, 2003, p. 5). Sua principal característica é a extensão de sentido, como no exemplo:

(3) Neymar confirma fim do namoro com Bruna Marquezine (Veja Online, 4 jul. 2017).

Observe como em (3) o relacionamento pode ser concebido como um viajante que encontrou o fim da viagem (EVANS & GREEN, 2006, p. 295). De acordo com Almeida et al. (2010, p. 35), a metáfora permite conceber e imprimir ideias abstratas, desempenhando um papel de destaque para o sistema conceptual humano. Podemos conceptualizar dois domínios conceptuais (amor e viagem), aproximá-los, e conceber um como outro (AMOR É UMA VIAGEM). Para Lakoff e Johnson (apud Kövecses, 2010, p. ix), a metáfora é conceptual em sua natureza, pois, como no exemplo acima, duas expressões linguísticas “capturam” aspectos do mesmo conceito, o amor, através de outro conceito, a viagem. Esse é um dos motivos para a metáfora ser considerada uma ferramenta cognitiva cotidiana, e não mais especial e exclusiva do imaginário literário (KÖVECSES, 2010, p. xi).

Faz-se necessária uma breve interrupção para explicarmos o conceito de domínio conceptual. De acordo com Miranda (2009, p. 82-86), domínios conceptuais são conjuntos de conhecimentos prévios e estruturados, social e culturalmente produzidos, relativamente estáveis

⁶ “Focal adjustments” no original.

⁷ No original: “The essence of metaphor is understanding and experiencing one kind of thing in terms of another”.

e que podem ser identificados e evocados em eventos discursivos, e são flexíveis conforme as necessidades da instanciação. A construção do significado, portanto, se realiza nessas estruturas armazenadas na memória semântica permanente (LANGACKER, 1987, p. 147, *apud* FERRARI, 2011, p. 49), que formam os domínios.

Retornando ao assunto “metáfora conceptual”, quando observamos um link metafórico entre dois domínios, a ele chamamos mapeamento – ou *mapping* em inglês (LAKOFF, 2006, p. 190). A metáfora para a LC é, então, uma propriedade do pensamento: “entende-se que as expressões linguísticas metafóricas são o reflexo visível de um mecanismo cognitivo que consiste em estabelecer uma vinculação conceptual entre domínios distintos.” (ALMEIDA et al., 2010, p. 34). Essa visão das expressões metafóricas admite, necessariamente, que a metáfora está no uso comum da linguagem, e não é recurso poético apenas.

No exemplo (3), podemos verificar que há dois domínios conceptuais, amor e viagem. Eles têm nomes especiais: domínio-fonte e domínio-alvo. Veja o que afirma Kövecses:

O domínio conceptual no qual encontramos as expressões [linguísticas] metafóricas para entender outro domínio conceptual se chama domínio-fonte, enquanto o domínio conceptual que é entendido dessa maneira se chama domínio-alvo.⁸ (KÖVECSES, 2010, p. 4, tradução nossa).

O domínio-alvo é AMOR, enquanto o domínio-fonte é VIAGEM; a expressão linguística metafórica é relacionamento chegou a uma encruzilhada e a metáfora conceptual é O AMOR É UMA VIAGEM. Na estrutura de evento metafórico, podemos dizer que “namoro” (no sentido de “relacionamento”) representa um papel de “viajante” dentro da “viagem”.

8 No original: “The conceptual domain from which we draw metaphorical expressions to understand another conceptual domain is called source domain, while the conceptual domain that is understood this way is the target domain.”

Kövecses também afirma que as metáforas conceptuais geralmente utilizam um conceito mais abstrato no domínio-fonte e um mais concreto e físico no domínio-alvo. Para ele, “as nossas experiências com o mundo físico servem de fundamentação natural e lógica para a compreensão de domínios mais abstratos” (KÖVECSES, 2010, p. 7, tradução nossa). Segundo Evans & Green (2006, p. 298, tradução nossa), “conceitos-alvo tendem a ser mais abstratos, carentes de características físicas e por isso mais difíceis de entender e falar a respeito [...] domínios-fonte tendem a ser mais concretos e por isso mais imediatamente perceptíveis”¹⁰. Kövecses assume, assim, que as metáforas conceptuais estão baseadas em experiências humanas corporificadas.

A metonímia, por sua vez, também fora um recurso linguístico. Para a LC, a metonímia é processo cognitivo, uma relação de correspondência: usamos X para corresponder a Y (KÖVECSES, 2006, p. 97). O exemplo (2) ilustra como “A Globo” corresponde a toda a empresa, incluindo todas as suas operações jornalísticas, seja na TV, no rádio ou impressa.

(4) A Globo nunca vai divulgar nada positivo favorecendo Dilma ou Lula¹¹.

Na projeção metonímica, diferentemente da metafórica, só há um domínio. Assim como no exemplo (4), temos um “veículo” e um “alvo”: Globo (veículo) corresponde às Organizações Globo (alvo). Ainda, o que nos permite compreender a projeção metonímica é o *frame* que a engloba:

9 No original: “Our experiences with the physical world serve as a natural and logical foundation for the comprehension of more abstract domains.”

10 No original: “target concepts tended to be more abstract, lacking physical characteristics and therefore more difficult to understand and talk about [...] source domains tended to be more concrete and therefore more readily graspable.”

11 Retirado do tuíte de Ana Maria Padilha. Disponível em: <https://twitter.com/iaconstante/status/736345486987276288>. Acesso em: 28 maio 2016.

nome da TV corresponde a toda a instituição no *frame* de instituição jornalística.

E, assim, Kövecses define a questão:

Metonímia é um processo cognitivo na qual um elemento conceptual ou entidade (coisa, evento, propriedade), o veículo, fornece acesso mental a outra entidade conceptual (coisa, evento, propriedade), o alvo, dentro do mesmo *frame*, domínio, ou modelo cognitivo idealizado. Podemos conceber isso como um “mapeamento dentro do domínio”, no qual a entidade veículo é mapeada na entidade alvo.¹² (KÖVECSES, 2006, p. 99).

Assim como concluíram Almeida et al. (2009, p. 37), enquanto a metáfora envolve uma projeção entre dois domínios, elas permitem o entendimento de conceitos abstratos; a metonímia, por sua vez, direciona a atenção mental do conceito menos saliente para o mais saliente.

Na seção a seguir, teceremos um breve comentário sobre a mesclagem conceptual, pois ela nos fornecerá uma comparação com a teoria polifônica da enunciação de Ducrot (1987).

A integração (ou mesclagem) conceptual

A *mesclagem (ou integração) conceptual* é uma elaboração de Fauconnier e Turner, na década de 90. Na mesclagem, há quatro ou mais espaços mentais (espaço *input* 1, espaço *input* 2, espaço mescla e espaço genérico) que participam da construção de sentidos (KÖVECSES, 2006, p. 271). Mas o que são os espaços mentais?

Em *Language, Mind and Culture*, Kövecses (2006) revisita a Teoria dos Espaços Mentais, inicialmente proposta na década de 90. Tal teoria propõe que o significado e interpretação do discurso são construídos *on-line*, à medida que o discurso se desenvolve, a partir de espaços

mentais, ou domínios conceptuais, que “contêm representações parciais de entidades e relações em um cenário percebido, imaginado ou lembrado” (FERRARI, 2011, p. 109). Os espaços mentais são “pacotes conceptuais” e criam possibilidades de interpretação através de correspondências, ou mapeamentos, entre domínios. Temos o espaço base, que é a realidade presente, a situação comunicativa imediata, e outros espaços podem ser inseridos, inclusive através de construtores de espaços (*spacebuilders*), como advérbios, tempos verbais, expressões idiomáticas etc., que nos ajudam a criar espaços mentais específicos.

Chiavegato (2009, p. 92) explica que os sentidos projetados no espaço-mescla “são relacionados no novo contexto, herdando aspectos dos significados de origem, mas incorporando novas significações”. O “pulo do gato” da mesclagem é o espaço-mescla: pela fusão dos espaços *input*, o espaço-mescla emerge, operando o salto imaginativo, a estrutura emergente em um *frame* novo. Um exemplo para ilustrar (KÖVECSES, 2006; ALMEIDA et al., 2009) é o (5).

(5) Conheça Giancarlo Crosara Lettieri, o cirurgião açougueiro da Propina¹³

A ideia veiculada, de que o cirurgião é incompetente, não se constitui por uma projeção metafórica, pois não se pode mapear o domínio fonte “açougueiro” no domínio alvo “cirurgião”. As mesclagens podem ser construídas no momento da fala, mas dependem de *frames* já armazenados na memória (BERNARDO, 2011, p. 254). A “incompetência”, então, é um sentido novo, uma estrutura emergente, construída a partir da fusão de

12 No original: “Metonymy is a cognitive process in which a conceptual element or entity (thing, event, property), the vehicle, provides mental access to another conceptual entity (thing, event, property), the target, within the same frame, domain, or idealized cognitive model (ICM). We can conceive of this as a “within-domain mapping”, where the vehicle entity is mapped on the target entity”.

13 Um exemplo muito comum na literatura sobre mesclagem conceptual, o enunciado “Aquele cirurgião é um açougueiro” foi substituído por uma enunciação autêntica, encontrada no sítio eletrônico <<http://propinaliadf.blogspot.com.br/2018/01/conheca-joao-carlos-lettieri-o-medico.html>>. Acesso em 18 mar. 2018.

dois cenários distintos, armazenados na memória, os quais criam um terceiro espaço capaz de incluir novas e exclusivas interpretações.

A figura 1 ilustra os espaços input 1 e 2, o espaço genérico e o espaço mescla do exemplo (3), conforme sugeridos por Grady *et al.* (1999). Nela podemos compreender as projeções de sentido dos espaços mentais na mescla: para a emergência do sentido de um cirurgião incompetente (note que os açougueiros não são necessariamente incompetentes, por isso não há metáfora conceptual, e sim mesclagem), os espaços mentais fornecem pistas conceituais que levarão

à interpretação do espaço mescla. Nesse último, portanto, temos as projeções de: identidade do cirurgião, mas, nesse caso, exercendo o papel de açougueiro; identidade e o papel de paciente; há dúvida quanto à ferramenta utilizada, se o bisturi ou o cutelo, já que o sentido final leva a um cirurgião que não faz direito o seu trabalho; o procedimento é realizado na sala de cirurgia, com o objetivo de cura, mas por meio de uma carnificina. Essas projeções fazem emergir, no espaço mescla, o sentido de *incompetência* por parte do cirurgião.

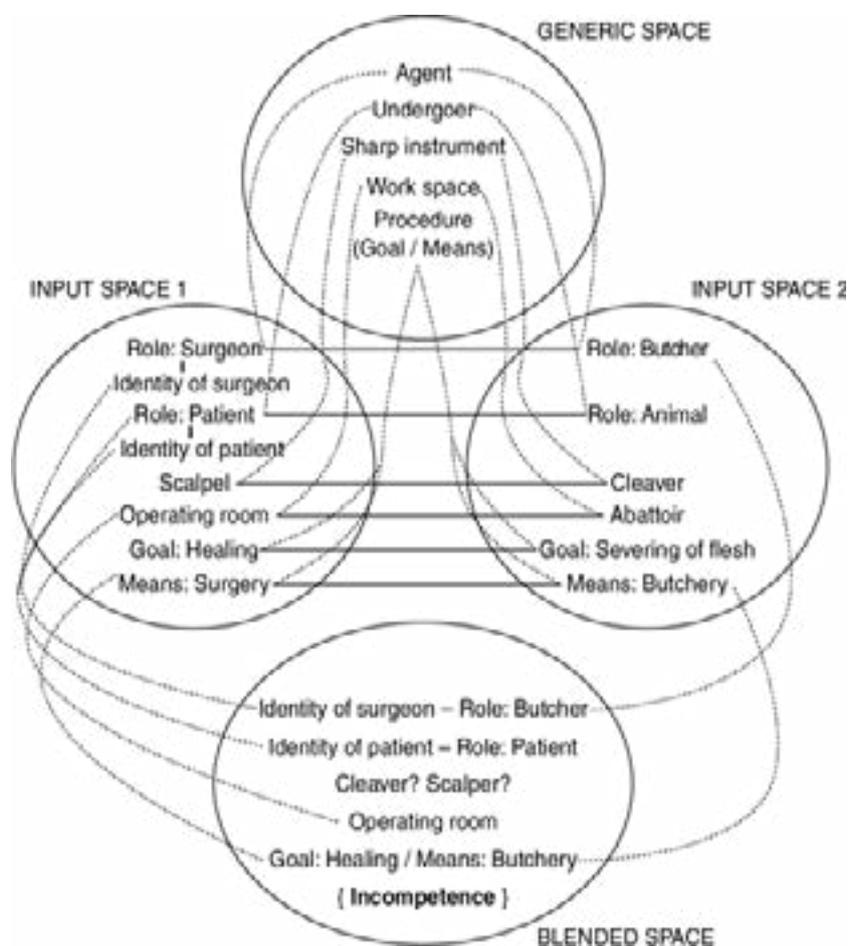


Figura 1 – Mescla de (5):CIRURGIÃO É AÇOUQUEIRO

Fonte: adaptado de Grady *et al.*, 1999, p. 105).

Kövecses (2006) revisita a discussão da mesclagem, da integração conceptual na qual os espaços mentais mesclam seus conteúdos conceptuais. Por mesclar, entende-se que os significados que emergem dos espaços mentais não apenas projetam mapeamentos entre eles, mas que mesclam características de

um e/ou do outro domínio para deles emergirem novos significados. A integração conceptual trabalha com quatro ou mais espaços - espaço *input* 1 e 2, espaço genérico e espaço mescla -, sendo chamada também de Modelo de Redes.

Fauconnier e Turner (2002) categorizaram 4 tipos diferentes de redes: a rede simples, a rede espelhada, a rede de escopo simples e a rede de escopo duplo ou múltiplo. Mas as redes de integração conceptual também podem aparecer como objetos físicos em uma cultura: a mesclagem resulta em materiais físicos, ou “âncoras materiais”, e esses objetos, por sua vez, mantêm e reforçam os processos cognitivos de mesclagem nessas formas físicas. Neste trabalho, as mesclagens analisadas formam redes de escopo duplo ou múltiplo: nelas, todos os espaços *input* contribuem para a estrutura emergente na mescla, criando um novo enquadre ou sentido.

A mesclagem conceptual está presente em quase todo momento – ou movimento – comunicativo da nossa vida. Agora, vamos apresentar a teoria polifônica de enunciação de Ducrot (1987), para então demonstrar como a mesclagem conceptual pode se revelar como uma possibilidade de compreensão da multiplicidade de vozes no discurso.

A teoria polifônica da enunciação de Ducrot (1987)

Ducrot (1987), em sua obra seminal *O dizer e o dito*, contesta um pressuposto muito comum no que ele chama de “linguística moderna”: o da unicidade do sujeito falante, no qual cada enunciado possui somente um autor. Cabral (2013, p. 204) nos explica, brevemente, o princípio geral da teoria de Ducrot: “o pensamento do outro é constitutivo do meu e é impossível separá-los radicalmente”. A

partir do conceito de polifonia de Bakhtin, que pressupõe que um texto popular apresenta uma multiplicidade de vozes, no sentido de que, no texto literário, há várias vozes simultâneas, e não uma voz única do autor, Ducrot propõe que mesmo um enunciado isolado carrega vozes múltiplas em suas escolhas linguísticas.

Para compreender a teoria polifônica de Ducrot, precisamos compreender o que é o enunciado. Para Ducrot, o conceito de enunciado difere de conceito de frase, sendo essa última uma construção do linguista, e, ainda, define enunciação como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (DUCROT, 1987, p. 168). A essa aparição momentânea, que Ducrot chama de enunciação, atribui-se um sujeito falante, o sujeito da enunciação, ou, ainda, sujeito empírico. Distinta da ideia de um produtor da fala, a enunciação de Ducrot tem origem em um ou vários sujeitos, sendo necessário distinguir pelo menos dois: o locutor e o enunciador.

O locutor é o responsável pelo enunciado. Para Ducrot (1987), o locutor se desmembra em L (locutor enquanto tal) e λ (locutor enquanto ser do mundo). O locutor L apenas enuncia o enunciado, não assumindo posicionamentos dentro da enunciação. Já λ é uma “pessoa completa” (DUCROT, 1987, p. 188), que tem a propriedade de ser a origem do enunciado.

Cabral (2013, p. 205) explica que o “enunciador corresponde a pontos de vista relativos aos conteúdos expressos no enunciado”. Funciona assim: o locutor produz um enunciado e coloca em cena enunciadores, sendo que o locutor pode ou não assentir com os enunciadores. Os enunciadores não são pessoas, mas pontos de vista, perspectivas, vozes que se expressam na enunciação, mas que não “falam” palavras, e sim expressam posicionamentos e atitudes.

Em um dos exemplos dados por Ducrot (1987, p. 215), o linguista propõe que o enunciado de tipo “p mais q”, no qual (p) é um argumento para a conclusão (r) e o (q) é argumento para a conclusão inversa. Temos, pois, o enunciado (6), que será seguido de explicação:

(6) “Certamente o tempo está bom, mas estou com um problema nos pés”.

Supondo que alguém tenha sido convidado a caminhar, e tenha proferido o enunciado (6) como resposta, temos dois enunciadores: E1, assimilado ao alocutório, que reconhece, não explicitamente, o bom tempo e a associação de ideias “bom tempo” x “caminhada”; e E2, que rejeita a ideia, contra argumentando que tem um problema nos pés e, assim, se assimilando ao locutor. O locutor concorda com E1, reconhece o bom tempo, mas se distancia dele e se aproxima de E2.

Santos (2011), por sua vez, analisa, sob a ótica da teoria polifônica da enunciação de Ducrot, a seguinte manchete da capa do Diário de Pernambuco, de 15 nov. 2009 – enunciação (7):

(7) “A igreja que pode tudo”.

A igreja a que se refere a matéria jornalística é uma igreja que aceita a homossexualidade, a Igreja Inclusiva, localizada em Pernambuco. O texto da manchete (figura 2) diz que a Igreja tem uma doutrina que não é permissiva a tudo e que faz uma leitura diferenciada da Bíblia. Santos analisa:

O título da manchete dá margem a, pelo menos, três inferências: (i) uma igreja que pode tudo (tem o poder de tudo); (ii) uma igreja em que se pode fazer tudo (onde é permitido fazer tudo) e (iii) a igreja que proíbe (onde nem tudo é permitido). Esta última inferência até se contrapõe às anteriores porque, mesmo em se tratando de uma matéria sobre uma igreja que prevê alguma liberdade, emerge do enunciado uma voz que fala de proibição. Para uma igreja que permite tudo, há outra que proíbe pelo menos parte desse “tudo”. (SANTOS, 2011, p. 60, enumeração nossa).

Essas inferências, diz a autora do artigo, são as vozes dos enunciadores que se encontram presentes na enunciação (7). Em (i), temos o enunciador E1, a igreja que tudo pode fazer. Isso pressupõe que a igreja do E1 pode fazer o que quiser, até mesmo dar interpretações próprias ao texto da Bíblia e permitindo, por si, realizar casamentos homoafetivos. Em E2, a igreja na qual os fiéis podem fazer tudo. Em uma igreja na qual é permitido fazer tudo, os próprios fiéis podem realizar os dogmas que quiserem, pois a igreja é permissiva. E, finalmente, em E3 temos a igreja tal como conhecemos, na qual há várias proibições, dogmas, rituais e interpretações específicas daquela igreja aos textos considerados sagrados. Para que o E1 e o E2 existam, é necessário que se reconheça, na enunciação, o E3, aquele que carrega o sentido canônico da igreja que tudo proíbe. A autora argumenta que o locutor L (o jornal) se assimila ao E3, por se tratar de uma igreja que aceita a homossexualidade, mas não permite qualquer comportamento aleatoriamente. O texto associado à manchete não deixa claro o que a igreja proíbe, mas explicita que, já que não se segue à risca algumas proibições, como o corte de cabelo e barba, pode-se permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Para confirmar essa hipótese, segue o texto da manchete (figura 2):

FUNDADA HÁ SEIS MESES NO RECIFE, A IGREJA INCLUSIVA NÃO CONSIDERA A HOMOSSEXUALIDADE UM PECADO E APRESENTA UMA LEITURA DIFERENTE DA BÍBLIA: “O MESMO VERSÍCULO QUE CONDENA A UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO PROÍBE TAMBÉM O CONSUMO DE MOLUSCOS, DE PORCO E O CORTE DE BARBA E CABELO”, EXPLICA TIMÓTEO REINAUX (FOTO). O ARQUITETO ZEZINHO SANTOS, QUE TEVE SEU CASAMENTO CELEBRADO POR UM PASTOR DA IGREJA COMPLETA: “SE É PARA SEGUIR A BÍBLIA AO PÉ DA LETRA, POR QUE NÃO SE SEGUE TUDO?”. REINAUX TROUXE A IGREJA PARA A CAPITAL PERNAMBUCANA E ESTÁ CONSEGUINDO ATRAIR JOVENS FIÉIS, APESAR DA INCLUSIVA (S/C.) TER UMA DOCTRINA QUE NÃO É PERMISSIVA A TUDO.

VIDA URBANA C4

Figura 2 - Texto associado à manchete, enunciação (7).

Fonte: Santos, 2011.

Santos (2011), portanto, nos traz um locutor L, que seria o jornal, e três enunciadores E1, E2, e E3 em sua análise. O texto de apoio, porém, nos traz novas informações que são imprescindíveis para a interpretação do texto. Sugerimos, por isso, um enunciador E4, que esclarece o que é a igreja inclusiva, e que ela não é permissiva a tudo. Fica evidente, pelo texto de apoio à manchete, que o E4 – e não o E3, como sugerido por Santos – é o que mais se aproxima do sentido proposto pelo locutor L, pois ele apresenta uma ideia de uma Igreja Inclusiva, permissiva, mas que mantém certas proibições, características desse tipo de instituição social.

A partir das enunciações (6) e (7), vamos mostrar como a mesclagem conceptual daria conta de explicar esses sentidos trazidos pelos enunciadores.

A mesclagem conceptual: a emergência dos sentidos das enunciações

Começamos pela enunciação (6) “Certamente o tempo está bom, mas estou com um problema nos pés”. Na figura 3, temos o diagrama que demonstra os espaços mentais, os *inputs* e a emergência do sentido em (6).



Figura 3 - Diagrama da mescla da enunciação (6)

Fonte: a autora.

Montamos aqui o diagrama para representar a solução do sentido expresso pelo conteúdo enunciado (6): recusa o convite para a caminhada, apesar do bom tempo, por causa de um problema nos pés. Podemos observar que os inputs 1 e 2, nesse caso as duas frases que compõem (6), são responsáveis pela introdução dos conteúdos que irão compor o sentido emergente da enunciação. O advérbio “certamente” é um construtor de espaço mental que traz a concordância com o fato de que o tempo está bom para a prática da caminhada, e, ao mesmo tempo, a conjunção “mas” constrói um espaço mental de recusa ao convite, ao apresentar um argumento contrário ao do *input 1*.

No espaço genérico temos o raciocínio que está presente em situações cotidianas, e que entendemos sem muito esforço cognitivo: para a prática de atividades físicas, é necessário que haja

um tempo propício e disposição física. Isso, é claro, considerando o tipo de esporte e de convite, os locutores e enunciadore envolvidos etc. Se o convite fosse para esquiar, como no exemplo original do Ducrot (1987), a configuração do *input 1* seria totalmente diferente, pois precisaríamos de neve. O sentido de “o tempo está bom” depende do contexto. Lembrando que esses sentidos emergem *on-the-fly*, ou seja, enquanto acontece a enunciação, e por isso torna-se necessário considerar o contexto de produção da enunciação para que os espaços mentais que estão atuando na construção de sentido estejam corretos e levem a uma interpretação adequada.

Percebemos, após breve análise, que a enunciação (6) pode ter tratamentos teóricos diferentes, mas que levam à produção do mesmo sentido ao final da análise. Vamos agora à análise da enunciação (7), “A igreja que pode tudo”, a partir da mesclagem conceptual.



Figura 4 - Diagrama da mescla da enunciação (7)

Fonte: a autora.

Na leitura que fizemos do processamento conceptual que acontece em (7), temos por *inputs* 1, 2 e 3 as três inferências propostas por Santos (2011), mas temos também um quarto *input*, que é o que vai levar ao sentido que a autora argumenta como final, relacionado ao enunciador E3 (por Santos) e ao E4 (por este trabalho). O *input* 4 se refere ao final do texto de apoio: a igreja inclusiva, que tem uma leitura diferente da Bíblia e por isso aceita o relacionamento homoafetivo, celebrando até mesmo casamentos do tipo, mas que também não permite qualquer coisa. Essa igreja do E4, *input* 4, a tal “igreja inclusiva” relatada na reportagem, abre precedente para o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a partir do momento que abre precedente para permitir o corte de cabelo e barba e o consumo de moluscos, que são proibidos nos

textos sagrados. Mas, como nos informa o texto de apoio, a igreja inclusiva tem limites. Uma observação se faz necessária: para o sentido emergente do espaço mescla, precisamos contextualizar mais, trazendo as informações do texto de apoio para formar os espaços input, assim como incluímos um E4 à análise do enunciado (7) pelo viés da polifonia de Ducrot.

Observamos também que a inferência 2, apesar de presente, nada acrescenta ao sentido final da enunciação. É uma inferência possível, que está presente na enunciação (7) – e que a teoria polifônica argumenta que está presente em um dos enunciadores do discurso –, mas que, na verdade, existe para que se dê o contraste e se chegue a outra interpretação. Dos quatro espaços mentais abertos na mescla, três deles têm relação direta com o

sentido final da enunciação analisada: a “igreja que pode tudo” é a que tem poder de fazer tudo, mas também é a que proíbe, como percebemos a partir do texto de apoio à manchete, e, por fim, é a igreja inclusiva, sentido final da mescla.

Considerações finais

Apresentamos, neste breve exercício de análise linguística, duas vertentes teóricas que analisam a compreensão de sentidos de uma enunciação: a teoria polifônica da enunciação de Ducrot (1987), que se situa dentro dos Estudos do Discurso, e a mesclagem conceptual, pertencente à Linguística Cognitiva. A polifonia nos mostra que por trás de cada enunciado existem locutores e enunciadorees, que nem sempre concordam entre si, mas que atuam juntos na construção de sentido, seja ele explícito ou não. A mesclagem conceptual traz uma abordagem diferente: aqui temos espaços mentais, que estão relacionados com modelos cognitivos idealizados e com a nossa experiência de mundo, que são “abertos” à medida em que lidamos com as enunciações e construímos os sentidos delas *on-the-fly*.

Com a intenção de provocar algumas reflexões, apresentamos os exemplos retirados de textos que tratam da polifonia e demos uma nova roupagem a eles. A enunciação “Certamente o tempo está bom, mas estou com um problema nos pés”, inicialmente proposta por Ducrot (1987) e adaptada neste exercício de análise, ganha a abordagem da mesclagem conceptual, de modo a demonstrar como essa vertente teórica lida com a construção do sentido final da enunciação, que é a recusa de um convite à caminhada. Através de *inputs* linguísticos e construtores de espaços mentais, demonstramos como a Linguística Cognitiva trata a construção de sentido de enunciados.

Santos (2011), por sua vez, analisa o enunciado “A igreja que pode tudo”, dentro do

contexto de uma manchete e um texto de apoio jornalístico, retirados de uma capa do Diário de Pernambuco. Com a diagramação dos espaços mentais provenientes do contexto de produção da enunciação, tivemos a oportunidade de observar como as inferências se comportam, se tratadas como espaços mentais a serviço da construção de um sentido específico a partir do texto enunciado.

Concluimos que as diferenças encontradas nas duas análises são diferenças apenas metodológicas. Pragmaticamente, os sentidos que emergem dos enunciados são alcançados com as duas abordagens teóricas. Com a teoria polifônica de Ducrot, podemos mostrar que uma enunciação pode apresentar mais de uma voz, por vezes até mesmo antagônicas. Da mesma maneira, com a teoria da mesclagem conceptual, essas vozes são, para tal abordagem, espaços mentais que nossa cognição cria à medida que percebemos as enunciações e procedemos às interpretações possíveis. Assim como várias vozes estão presentes, mas nem todas fazem parte do sentido final da enunciação, os espaços mentais têm o mesmo comportamento: se abrem no momento do processamento cognitivo, mas nem todos os inputs projetam sentidos na mescla emergente.

Consideramos que as abordagens teóricas aqui utilizadas não entram em embate: elas são complementares e ambas têm a capacidade de explicar fenômenos linguísticos e os sentidos que deles emergem. Suas análises trazem à luz questões importantes para a prática linguística, como, por exemplo, quais vozes estão presentes em certas enunciações, qual enunciador está no centro de perspectiva, qual é o sentido do não dito, como esse sentido é construído na cognição. Inclusive, ousaremos argumentar que utilizamos a primeira pessoa do plural em todo o texto por acreditarmos que a voz do pesquisador linguístico nunca é uma, nem é absoluta: é a soma de todas as vozes que nos ensinaram e guiaram nossas escolhas teóricas até aqui.

Referências

- ALMEIDA, M. L. L. *et alli*. Breve introdução à Linguística Cognitiva. In: ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão *et alli*. (orgs.). *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.
- BERNARDO, S. Mesclagem conceptual em análise de cartum. *Veredas online*– Atemática, n. 1, Juiz de Fora/MG, 2011.
- CABRAL, A. L. T. Ducrot. In: OLIVEIRA, L. A. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- CHIAVEGATO, V. C. Introdução à Linguística Cognitiva. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan./jun. 2009.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- EVANS, V. *A Glossary of Cognitive Linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- EVANS, V.; GREEN, M. *Cognitive Linguistics: an introduction*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006.
- FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think*. New York: Basic Books, 2002.
- FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GEERAERTS, D. Introduction: a rough guide to Cognitive Linguistics. In: _____ (org.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.
- GIBBS, R. *Embodiment and cognitive science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- GRADY, J.; OAKLEY, T.; COULSON, S. Blending and metaphor. In: GIBBS, R., STEEN, G. (orgs.). *Metaphor in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.
- JOHNSON, M. *The body in the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- KÖVECSES, Z. *Language, mind and culture: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2006.
- _____. *Metaphor: a practical introduction*. 2 ed. Nova York: Oxford University Press, 2010.
- LAKOFF, G. “Conceptual metaphor: the contemporary theory of metaphor”. In: GEERAERTS, Dirk. *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlim: 2006, p. 185-238.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- MIRANDA, N. S. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais. *Veredas: revista de estudos linguísticos*, v. 3, n. 1. Juiz de Fora, 2009, p. 81-95. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo45.pdf>>. Acesso em 08 out. 2011.
- OLIVEIRA, A. de A. Mapeamentos metafóricos a partir do esquema imagético de contentor: o caso de *em*. *Revista da ABRALIN*, v.10, n.2, p. 43-65, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/32059/20398>>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- SANTOS, L. C. B. dos. A polifonia nas manchetes de jornal. *EIDEA* – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. Ilhéus, n. 1, p. 56-63, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista1/eideaartigo5.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

Submissão: 12 de agosto de 2018

Aceite: 11 de dezembro de 2018